



---

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0007078-26.2010.2.00.0000****Requerente:** João Quevêdo Ferreira Lopes**Requerido:** Tribunal Regional Federal 5ª Região**Advogado(s):** CE010243b - Rubens Pereira Lopes (REQUERENTE)

---

**EMENTA**

**RECURSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES COM A MESMA EMPRESA. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU ILEGALIDADE.**

1. Se, após minuciosa análise de toda a documentação apresentada pelo Tribunal-requerido, relativa aos processos licitatórios para contratação do plano de saúde para os servidores e magistrados vinculados ao Órgão, a Secretaria de Controle Interno deste CNJ não verifica nenhuma ilegalidade ou anormalidade nos aludidos procedimentos, deve ser julgado improcedente o pedido de providências.
2. Sucessivas renovações contratuais justificam-se no fato de a empresa vencedora nas licitações ter apresentado melhores preços, ou não ter havido concorrente que se dispusesse a prestar o serviço.
3. Os atos praticados pelo TRF-5, até mesmo a contratação direta, foram plenamente justificados, em razão de licitação anterior infrutífera e repetição do certame até quando fora possível, e estavam autorizados pela Lei n. 8.666/93.
4. Pedido de Providências que se julga improcedente.

**ACÓRDÃO**

Decide o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, julgar improcedente o pedido de providências.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012

*Conselheiro Tourinho Neto*

Relator

**RELATÓRIO**

**O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):**

1. Trata-se de Pedido de Providências instaurado a partir de requerimento do servidor público federal aposentado João Quevêdo Ferreira Lopes, pleiteando a este CNJ que investigue supostas irregularidades nos contratos de plano de saúde do TRF da 5ª Região e que determine àquele Tribunal o fim da prática “*nefanda e prejudicial*” que vem sendo adotada para a prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores.

Afirma que a assistência à saúde dos servidores do TRF da 5ª Região vem sendo prestada pela empresa Sul América Seguros, cujo contrato tem sido renovado de dois em dois anos. Sustenta que, quando finda um contrato, é aberto procedimento licitatório para contratação de nova empresa, mas que nunca aparecem interessados ou, quando aparecem, apresentam preços tão exorbitantes que tornam inviável a contratação da nova empresa. Assim, o Tribunal vê-se obrigado a renovar o contrato com a empresa Sul América Seguros.

Afirma que a última contratação direta com a Sul América Seguros foi feita pelo período de apenas um ano, e que os valores cobrados são altos e oneram muito o orçamento dos servidores.

2. O então Conselheiro Leomar Amorim proferiu decisão monocrática não conhecendo do pedido, por entender que não havia indicação específica dos fatos a serem apurados e que a matéria seria de competência autônoma do Tribunal (DEC9).

3. Inconformado, o requerente interpôs recurso administrativo, requerendo a apreciação do pedido de providências pelo Plenário (PET10).

4. O processo foi levado a julgamento na 119ª Sessão Ordinária, tendo o Plenário, por unanimidade, decidido converter o julgamento em diligência (CERT12).

5. Intimado, o TRF da 5ª Região prestou informações (INF 14 e 15 e DOC16 ao DOC31).

6. O Conselheiro Leomar Amorim solicitou à Secretaria de Controle Interno parecer técnico sobre os contratos juntados pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (DESP32), o que foi atendido por meio das INF33 e INF40.

7. É o relatório.

**VOTO****O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):**

1. Eis o teor da nota técnica emitida pela Secretaria de Controle Interno deste CNJ:

(...)

7. *Inicialmente, cabe informar que tivemos acesso a mídia gravada em cd que acompanhou o ofício 000860/2011, contendo arquivos relativos ao Pregão 29/2003, Pregão 06/2009, bem como os procedimentos administrativos nº 2007.00.00.00578-0, 2008.00.00.0129-8, 2007.00.00.0148-8 e 1973-2009 com diversos volumes.*

8. *Da análise dos arquivos, constatamos que as sucessivas contratações com a empresa Sul América iniciaram-se a partir do ano de 2004 pelo Pregão 29/2003. **Verificamos que foi realizada cotação de preços com várias empresas, no entanto, somente três compareceram para receber o Edital (Sul América, Porto Seguro e Bradesco Saúde) e no dia da Sessão Pública, marcada para o dia 18/12/2003, compareceu apenas a Sul América, que, após negociação, foi declarada vencedora e assinou o contrato 16/2004. Quanto a essa contratação nada contesta o requerente.***

9. *Até o ano de 2008, foram assinados quatro termos aditivos ao respectivo contrato, ocasião em que perto do fim da vigência do contrato, a Administração elaborou Termo de Referência para contratação de novo plano de saúde.*

10. Em janeiro de 2009, as negociações para a realização de nova licitação por meio do Pregão 6/2009 restaram infrutíferas, tendo em vista que apesar do menor preço apresentado pela empresa Medial, o setor responsável pelo orçamento informou que não havia dotação orçamentária para assegurar o preço ofertado. Dessa forma, o Tribunal atento a proximidade do fim do contrato 16/2004, em decisão da Presidência, assinou mais um Termo Aditivo estendendo a vigência fulcrada, no § 4º do art. 57, da Lei 8.666/93, até o dia 28/02/2010. Cabe salientar que o preço dessa última renovação com a Sul América era inferior ao oferecido pela Medial ( Doc. 22 e 25 - Evento 37).

11. Dessa forma, restou demonstrado que a Administração obteve vantagem econômica com a prorrogação do contrato com a Sul América apesar do valor reajustado para o plano básico oferecido pela contratada tenha ficado acima do anteriormente fixado pelo Setor de Orçamento (RS 220,00) como base para contratação. Isso porque a empresa retro citada aceitou prorrogar o contrato concedendo um desconto de 5% pelo que o valor individual para o plano básico ficou cotado em RS 277,62, portanto, inferior as propostas apresentadas pela Medial (RS 311,35) e pela Unimed Norte/Nordeste (RS 548,25) no Pregão 06/2009.

12. Em maio de 2009, foi iniciado novo procedimento para instrumentalizar nova licitação. Em que pese somente a Unimed Seguros ter apresentado proposta, a Administração inviabilizou o prosseguimento do processo licitatório com base na única cotação por entender que não houve a necessária competição.

13. Em 16/12/2009, foi realizada nova Sessão Pública para recebimento de proposta comercial e habilitação para contratação de novo plano de saúde em que apenas compareceu a empresa Amil Ltda. A documentação foi rejeitada tendo em vista a discrepância do ramo de atividade da licitante (operadora de planos de saúde) e o objeto licitado. A Presidência homologou a decisão do pregoeiro, restando frustrado o processo licitatório do Pregão n. 055/2009.

14. Em janeiro de 2010, após nova tentativa para contratação, em que pese às impugnações oferecidas pelas empresas Amil Assistência Médica e Golden Cross ao edital, não apareceram interessados na sessão do Pregão n. 02/2010.

15. Diante disso, com a possibilidade de 4.245 pessoas ficarem sem plano de saúde e demonstrada a dificuldade do mercado em oferecer serviços de seguro saúde que atendessem as necessidades do Tribunal, após Parecer favorável da Assessoria Jurídica, a Presidência autorizou a contratação direta com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93, tendo sido justificada a impossibilidade de repetição de todo o procedimento, ou seja, a urgência. Para isso foi realizada pesquisa de preço e realizada Sessão Pública para Abertura das Propostas para contratação direta de serviço de seguro saúde. Desta vez, apenas a Sul América enviou proposta, quando então foi assinado o Contrato 23/2010.

16. Em 25/02/2011, contrato foi prorrogado por mais um ano.

17. Em relação ao contrato 16/2004 e suas sucessivas prorrogações, observamos que o procedimento licitatório ocorreu em conformidade com a legislação vigente. Ficou comprovado que os prazos procedimentais foram respeitados, houve prévia pesquisa de mercado antes das prorrogações, restando demonstrada a vantagem econômica para a Administração na manutenção do contrato.

18. Quanto ao contrato 23/2010 também não vislumbramos qualquer indício de irregularidade, tendo em vista que a contratação direta é autorizada nos casos em que a licitação anterior resta infrutífera, tendo havido a repetição do certame até quando foi possível e o prejuízo à Administração era evidente, com a demora.

(...) (grifo nosso).

Vê-se, pois, que, após minuciosa análise de toda a documentação apresentada pelo TRF da 5ª Região, relativa aos processos licitatórios para contratação do plano de saúde para os servidores e

magistrados vinculados ao Órgão, a Secretaria de Controle Interno deste CNJ não verificou nenhuma ilegalidade ou anormalidade nos aludidos procedimentos.

Em verdade, as sucessivas renovações contratuais com a empresa Sul América Seguros ou se deram por ser ela vencedora nas licitações, ao apresentar melhores preços, ou porque não houve concorrente que se dispusesse a prestar o serviço requisitado pelo Tribunal-requerido. Todos os atos praticados pelo TRF-5, até mesmo a contratação direta, foram plenamente justificados, em razão de licitação anterior infrutífera e repetição do certame, até quando fora possível; além do que, estavam autorizados pela Lei n. 8.666/93

Ressalte-se que, em todas as hipóteses, ficou evidenciado que as ofertas sempre eram as melhores, em termos de preço, com evidente vantagem para a Administração.

Assim, as suspeitas levantadas pelo requerente, ora recorrente, não se confirmaram, o que demonstra a improcedência do presente pedido de providências.

2. Ante o exposto, **julgo improcedente** o pedido de providências.
3. É o voto.
4. Intimem-se. Após, arquivem os autos.



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **872556**



12022819294800000000000871848